

## INFORMATIVO 055 DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

Pelo segundo dia consecutivo, nesta terça-feira, 15, representantes do Comando Nacional de Greve da Fenasps (CNGF) se reuniram com a cúpula do INSS e a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MPOG).

Essas reuniões são desdobramentos das reuniões de ontem (14 de setembro, relembre com o [Informativo nº 054 do CNGF](#)) e indicaram que haverá uma proposta do governo ainda esta semana. De fato, o CNGF solicitou que saia um documento da SRT/MPOG até esta quinta-feira, 17, para que o Comando Nacional possa debater sobre o mesmo para então remetê-lo às assembleias estaduais para deliberação da categoria.

Na noite desta terça, 15, as entidades apresentaram proposta ao ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, e considerando a necessidade de resolver questões legais, foi agendada audiência nesta quarta-feira, às 19 horas, para fechar estes pontos. Vale ressaltar que a presidência do INSS fará um documento com o posicionamento do instituto sobre a pauta de reivindicações e repassará ao ministro Gabas.

Sobre a discussão da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (PST), confira relatório anexo.

### **Audiência com Sérgio Mendonça**

Na audiência ocorrida na tarde desta terça-feira, 15, o governo assumiu o compromisso de rever a questão da insalubridade em um prazo de seis meses, começando os debates agora em outubro já que, segundo a SRT/MPOG, há uma série de ministérios envolvidos nessa discussão e não teria como resolvê-la de imediato somente com a ação do MPOG.

O CNGF ponderou que é preciso considerar a necessidade urgente de resolver os problemas na concessão do adicional. E precisamos preparar os laudos feitos por profissionais da área. Porém, ainda estão em vigor laudos que permitem conceder insalubridade para os servidores, infelizmente porque determinação da ON 06 concede apenas para os servidores que já recebiam; os demais que ingressaram após a norma não estão recebendo.

O governo concordou com a proposta sobre a devolução dos dias parados da greve de 2009. Entretanto, porém será necessário aprovação do [Projeto de Decreto Legislativo \(PDS\) nº 538, de 2012](#), no Senado ([a matéria foi aprovada na Câmara em 2012](#)). O CNGF está negociando essa questão diretamente no Senado Federal.

Alguns senadores consultados pelo CNGF vão analisar o projeto e propuseram a criação de uma lei, que contemple a questão da anistia da greve e devolução dos valores. O comando salientou a importância de estar pronto um texto-base para esta lei já nesta quarta-feira, 16. Na noite desta quarta, 15, representantes estiveram reunidos com o senador Paulo Rocha para discutir sobre este PDS.

Sobre o reposicionamento dos servidores em função do interstício ter passado de 12 para 18 meses, ele será pago a partir de janeiro de 2017. O CNGF propôs que o governo busque uma

solução para fazê-lo em um único mês, a partir de 2016. Os cálculos para tanto serão ainda apresentados.

Será discutida ainda entre o MPOG e o INSS a forma de reposição dos dias parados da atual greve e o CNGF cobrou que esta questão esteja explícita no acordo de greve.

Foi colocado na mesa de negociação também o Comitê Gestor, que possui duas fases: uma com o Seguro Social, já em curso, e outra com a criação de um comitê para a carreira da PST, que teria a importância de agregar alguns debates internos, a possibilidade dos servidores do Ministério da Previdência fazerem opção de carreira e outros assuntos técnicos.

Vale ressaltar que os pontos colocados na proposta do dia 3 de setembro estão mantidos, embora o CNGF tenha questionado como ficaria a questão da mudança de reajuste de janeiro para agosto de 2016 e o fim do abono de permanência. O MPOG afirmou que não sabe como proceder, pois não tem informações suficientes sobre esse assunto.

O fim do abono de permanência implica consideravelmente na carreira do Seguro Social, já que 12 mil servidores já têm condições de se aposentarem e que até 2017 o INSS pode perder metade de sua força de trabalho.

Ainda que essas medidas do pacote anunciado pelo governo nesta segunda, 14, precisem ser aprovadas no Congresso, é preciso que seja realizado concurso público para repor esses servidores, caso contrário há risco de fechar o órgão, considerando que a terceirização é uma ameaça grave.

O CNGF avalia por fim que a greve já é vitoriosa porque, após mais de 70 dias de duração, elevou o debate sobre a previdência social e a saúde públicas, sobre as condições de trabalho dos servidores do Seguro e da Seguridade Social, mesmo diante de todos os ataques recentes vindos do governo.

Após o governo enviar a proposta do Termo de Compromisso, o CNGF vai enviar aos Estados discutirem nas assembleias estaduais e convocar Plenária Nacional para definir os rumos da greve.

**Contudo, é importante a greve continuar: nada está definido!** Os rumos do movimento dependem dos próximos dias.

**Vamos continuar firmes, sem desespero, sem recuo, organizando Fundos de Solidariedade e fortalecendo os Comandos de Greve. Vamos manter a greve! Vamos manter a categoria em luta! Nenhum passo atrás!**

**RETROCEDER, JAMAIS! AVANÇAR SEMPRE!**

Brasília, 15 de setembro de 2015

**COMANDO NACIONAL DE GREVE DA FENASPS**